

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TECNOLOGIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE VIDEOMONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO DE MISSÃO CRÍTICA, COMPREENDENDO EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, CONECTIVIDADE E SUPORTE TÉCNICO, COM VISTAS À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC.**

#### **ORGÃO SOLICITANTE**

**Secretária Municipal de Tecnologia**

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente documento tem por finalidade identificar as demandas da Prefeitura e definir as especificações técnicas e operacionais necessárias à contratação de empresa especializada para **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE VIDEOMONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO DE MISSÃO CRÍTICA, COMPREENDENDO EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, CONECTIVIDADE E SUPORTE TÉCNICO, COM VISTAS À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC.**
- 1.2. A solução a ser implantada deverá contemplar o fornecimento, instalação, configuração e operação de câmeras, softwares de gestão, infraestrutura de rede e demais equipamentos, todos disponibilizados em regime de locação, além da alocação de mão de obra técnica especializada, observados os quantitativos, parâmetros e exigências constantes do Termo de Referência, em estrita consonância com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.



- 1.3. A implantação do sistema deverá assegurar eficiência, agilidade e integração operacional, permitindo a gestão centralizada das informações de segurança, a redução da intervenção humana nos processos de análise e correlação de dados, bem como o acesso remoto e o controle integral a partir das dependências da Prefeitura, garantindo uniformidade, confiabilidade e tempestividade nas ações da Administração.
- 1.4. Todos os equipamentos, materiais, softwares e sistemas contratados deverão ser novos, de primeira utilização, e atender rigorosamente às normas técnicas vigentes, aos padrões de qualidade exigidos e às condições mínimas de desempenho, robustez e confiabilidade compatíveis com a natureza dos serviços a serem prestados.
- 1.5. A entrega, instalação, configuração e ativação de todos os itens deverão ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento ou do Empenho, sendo vedada qualquer prorrogação injustificada, salvo hipóteses legais devidamente motivadas e previamente autorizadas pela Administração.
- 1.6. Não serão admitidos, sob qualquer hipótese, materiais, componentes ou equipamentos de qualidade inferior, recondicionados, sem certificação técnica ou que não atendam às especificações mínimas estabelecidas, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, inclusive suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, conforme apuração e relatório da fiscalização designada.
- 1.7. Em caso de divergência, inconsistência ou conflito entre as especificações técnicas, os requisitos de desempenho, os parâmetros de qualidade, as condições operacionais ou os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos, prevalecerá aquele que corresponda ao padrão técnico mais restritivo, desde que fundamentado em normas técnicas previamente identificadas e reconhecidas, tais como normas da ABNT, ISO/IEC, RFC, IEEE, ITU, ONVIF, ou outras normas nacionais e internacionais aplicáveis ao objeto, e que melhor atenda ao interesse público, assegurando a qualidade, a segurança, a durabilidade, a interoperabilidade, a confiabilidade e a integridade da solução, bem como a adequada execução do contrato,



evitando-se interpretações subjetivas ou discricionárias que possam comprometer a eficiência administrativa ou a finalidade da contratação.

- 1.8. A Prefeitura reserva-se o direito de deliberar sobre eventuais casos omissos, situações excepcionais ou condições não previstas neste documento, competindo à Contratada a obrigação integral de executar todos os serviços em conformidade com as melhores práticas técnicas, normas aplicáveis e recomendações profissionais, ainda que tais requisitos não estejam descritos de forma expressa.
- 1.9. A existência de fiscalização técnica por parte da Administração não exime, nem reduz, a responsabilidade integral, objetiva e exclusiva da Contratada quanto à qualidade, integridade, desempenho e segurança dos serviços executados e dos equipamentos fornecidos, incluindo todas as consequências diretas e indiretas decorrentes de sua atuação.

## **2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES OU DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1. A presente contratação tem por finalidade a implantação de uma solução integrada de videomonitoramento e análise inteligente de imagens, com operação centralizada e abrangência em todo município.
- 2.2. O escopo compreende o fornecimento contínuo, em regime de locação, de mão de obra técnica especializada, plataforma de gestão, câmeras, dispositivos de comunicação e infraestrutura complementar, conforme os quantitativos e especificações técnicas definidos nos anexos deste Termo de Referência.
- 2.3. A solução deverá operar de forma ininterrupta (24x7), assegurando a eficiência, confiabilidade e interoperabilidade dos sistemas e observando integralmente as normas legais e técnicas aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.4. Mão de Obra Técnica Especializada:
  - 2.4.1. Disponibilização de profissionais devidamente capacitados e certificados para instalação, configuração, integração e manutenção de sistemas de CFTV IP, redes de dados e plataformas de análise inteligente de vídeo.



- 2.4.2. Equipes operacionais treinadas para atuação em sistemas de comunicação crítica em banda larga, garantindo resposta imediata em situações emergenciais.
- 2.4.3. Suporte técnico dimensionado para atendimento em regime 24x7, com acordos de nível de serviço (SLA) estabelecidos para tempos de resposta e resolução de incidentes.
- 2.4.4. Responsabilidade integral da contratada pela integração de todos os equipamentos, atualizações de firmware, aplicação de correções de segurança e ajustes de configuração necessários à operação plena do sistema.
- 2.5. Software de Gestão e Análise Inteligente
  - 2.5.1. Plataforma centralizada e integrada, do tipo VMS (Video Management System) ou PSIM (Physical Security Information Management), compatível com múltiplos fabricantes e protocolos abertos (ONVIF, RTSP).
  - 2.5.2. Funcionalidades mínimas:
    - 2.5.2.1. Monitoramento em tempo real de fluxos simultâneos;
    - 2.5.2.2. Detecção e análise automática de padrões, eventos e movimentações anômalas;
    - 2.5.2.3. Emissão de alarmes inteligentes e relatórios estatísticos;
    - 2.5.2.4. Registro de eventos georreferenciados e busca indexada;
    - 2.5.2.5. Armazenamento seguro com controle de acesso e logs de auditoria.
  - 2.5.3. Suporte a alta disponibilidade, com redundância de servidores, replicação de dados e failover automático.
  - 2.5.4. Acesso via navegadores web, aplicativos desktop e mobile (iOS/Android), utilizando comunicação criptografada (HTTPS/TLS) e autenticação segura de usuários.
  - 2.5.5. Prevenção ao Lock-in Tecnológico:
    - 2.5.5.1. O Software de Gestão constitui o núcleo lógico, operacional e estratégico da solução contratada, sendo responsáveis pela convergência funcional dos subsistemas tecnológicos, bem como pela mitigação do risco de lock-in tecnológico, recorrente em contratações públicas de soluções complexas e de longa duração.



- 2.5.5.2. A solução de software deverá obrigatoriamente ser concebida sob arquitetura aberta, modular e interoperável, permitindo a integração contínua e independente entre diferentes tecnologias, fabricantes, dispositivos e plataformas, de modo a evitar a dependência tecnológica da Administração Pública em relação a fornecedores específicos, soluções proprietárias fechadas ou tecnologias restritivas.
- 2.5.5.3. Deverá ser garantida a plena interoperabilidade entre os diversos subsistemas que compõem a solução, incluindo, mas não se limitando a sistemas de videomonitoramento, cercamento eletrônico, sensores, dispositivos IoT, sistemas de missão crítica, bases de dados e aplicações corporativas, possibilitando a integração, correlação e gerenciamento de dados e eventos em tempo real.
- 2.5.5.4. Para fins de mitigação do risco de aprisionamento tecnológico, a solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- a) interoperabilidade nativa entre subsistemas heterogêneos;
  - b) utilização de APIs, SDKs e protocolos abertos, amplamente reconhecidos e documentados no mercado;
  - c) independência de fabricante para a integração de novos dispositivos, sistemas ou soluções futuras;
  - d) possibilidade de exportação, migração, reutilização e auditoria dos dados em formatos abertos e não proprietários;
  - e) capacidade de evolução tecnológica, expansão funcional ou substituição parcial de componentes, sem necessidade de substituição integral da plataforma.
- 2.5.5.5. A contratada deverá assegurar que, ao término da vigência contratual, bem como nas hipóteses de rescisão, substituição, descontinuidade ou migração da solução contratada, a Administração Pública mantenha acesso integral, permanente e irrestrito a todos os dados, informações, bases de dados, configurações, parametrizações, registros históricos, metadados, logs de auditoria e integrações existentes, independentemente de plataforma, tecnologia ou formato.
- 2.5.5.6. A contratada deverá garantir a portabilidade e a transferência completa das informações, sem qualquer custo adicional à

Administração, em formato aberto, documentado e compatível com padrões amplamente utilizados no mercado, de modo a permitir sua reutilização e eventual migração para outras soluções.

- 2.5.5.7. Deverá, ainda, disponibilizar equipe técnica de transição, documentação técnica atualizada, manuais e apoio operacional pelo prazo necessário à plena transferência da solução, assegurando a continuidade do serviço público, a integridade, autenticidade e rastreabilidade das informações, bem como a plena titularidade e soberania da Administração Pública sobre os dados produzidos ou tratados no âmbito do contrato.
- 2.5.5.8. Essa abordagem é essencial para preservar a autonomia tecnológica da Administração, assegurar competitividade em futuras contratações, garantir previsibilidade de custos, evitar dependência excessiva de fornecedores e promover a sustentabilidade da solução ao longo de sua vigência, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 2.5.5.9. Dessa forma, o Software de Gestão não apenas consolida uma visão integrada e inteligente do ambiente operacional, como também atuam como elemento estruturante de governança tecnológica, mitigando riscos de aprisionamento tecnológico e assegurando a continuidade, flexibilidade e longevidade da solução adotada.

## 2.6. Equipamentos e Infraestrutura de Campo

- 2.6.1. Câmeras IP de alta definição (Full HD ou superior), com recursos de visão noturna (IR), WDR (Wide Dynamic Range) e compressão H.265/H.264.
- 2.6.2. Equipamentos adequados para ambientes internos e externos, com grau de proteção mínimo IP66/IP67 e resistência a impactos (IK10).
- 2.6.3. Inclusão de servidores dedicados e storages escaláveis a ser fornecido pela contratante, switches gerenciáveis PoE e racks padronizados, devidamente organizados e identificados.





- 2.6.4. Fontes redundantes de energia e nobreaks dimensionados para assegurar continuidade operacional em caso de falhas elétricas.
- 2.6.5. Todos os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica e fornecidos em regime de locação, com substituição imediata em caso de defeito ou falha funcional.
- 2.7. Comunicação de Missão Crítica em Banda Larga
  - 2.7.1. Disponibilização de terminais móveis profissionais e rádios portáteis homologados pela ANATEL, compatíveis com redes 4G e 5G (LTE/NR) e interoperáveis com rádios digitais convencionais.
  - 2.7.2. Funcionalidades obrigatórias:
    - 2.7.2.1. Push-to-Talk (PTT) sobre LTE/5G com baixa latência e priorização de tráfego;
    - 2.7.2.2. Comunicação individual, em grupo e por broadcast;
    - 2.7.2.3. Transmissão e recepção de vídeo em tempo real;
    - 2.7.2.4. Geolocalização de equipes em campo e rastreamento dinâmico;
    - 2.7.2.5. Criptografia ponta a ponta (voz, dados e vídeo).
  - 2.7.3. Equipamentos com estrutura reforçada (rugged), resistentes a impactos, intempéries e variações térmicas, adequados a operações em ambientes de segurança pública.
  - 2.7.4. Integração direta ao software central de gestão (VMS/PSIM), permitindo visualização unificada e resposta operacional imediata.
- 2.8. Serviços de Manutenção e Suporte Técnico
  - 2.8.1. Manutenção preventiva trimestral, abrangendo inspeção física e lógica de câmeras, cabos e conexões de rede.
  - 2.8.2. Manutenção corretiva imediata, com substituição de equipamentos e peças sem ônus adicional à Administração.
  - 2.8.3. Relatórios periódicos de desempenho, contendo índices de disponibilidade, incidentes, intervenções, substituições e indicadores de SLA.
  - 2.8.4. Acompanhamento técnico permanente para atualização de sistemas, aplicação de patches de segurança e controle de conformidade operacional.
- 2.9. Escopo de Atendimento e Conformidade Normativa



- 2.9.1. Cobertura integral de todas as unidades da prefeitura, conforme quantitativos e endereços definidos nos anexos.
- 2.9.2. Operação contínua 24x7, garantindo integridade e disponibilidade total da solução.
- 2.9.3. Conformidade com as normas e regulamentações emitidas pela ANATEL, pela ABNT.
- 2.9.4. Observância obrigatória das melhores práticas de engenharia, segurança da informação e gestão de ativos tecnológicos.
- 2.10. Todos os requisitos técnicos e operacionais especificados neste documento visam assegurar a qualidade, interoperabilidade e confiabilidade da solução, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	TOTAL UNIT	TOTAL MENSAL
<b>LOTE 1</b>					
<b>1.</b>	<b>SUBSISTEMA DE CENTRO DE OPERAÇÕES</b>				
1.1	Disponibilização de plataforma integradora para monitoramento e gestão ativos.	un x mês	1	R\$ 148.188,75	R\$ 148.188,75
1.2	Disponibilização de plataforma de gestão do cercamento eletrônico e interoperabilidade - Base	un x mês	1	R\$ 96.400,00	R\$ 96.400,00
1.3	Disponibilização de plataforma de gestão do cercamento eletrônico e interoperabilidade - Por Ponto de Monitoramento	un x mês	52	R\$ 629,00	R\$ 32.708,00
1.4	Disponibilização de licença software para visualização e monitoramento de câmeras urbanas e patrimoniais - Base	un x mês	1	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00
1.5	Disponibilização de licença software para visualização e monitoramento de	un x mês	1373	R\$ 136,67	R\$ 187.647,91



	câmeras urbanas e patrimoniais - Por Ponto de Monitoramento				
1.6	Disponibilização de licença software para visualização e monitoramento de câmeras urbanas e patrimoniais - Por Ponto de Monitoramento – Facial	un x mês	346	R\$ 300,00	R\$ 103.800,00
1.7	Disponibilização de licença software para visualização e monitoramento de câmeras urbanas e patrimoniais - Por Ponto de Monitoramento - Perimetral	un x mês	644	R\$ 119,00	R\$ 76.636,00
1.8	Disponibilização de sistema de controle estudantil	un x mês	119	R\$ 2.957,33	R\$ 351.922,27
1.9	Disponibilização de sistema de monitoramento de alarmes	un x mês	119	R\$ 793,33	R\$ 94.406,27
1.10	Disponibilização de Estação de Estação de Trabalho com 03 monitores 21,5", teclado e mouse	un x mês	8	R\$ 1.442,30	R\$ 11.538,40
1.11	Disponibilização de mesa controladora com joystick	un x mês	4	R\$ 824,17	R\$ 3.296,68
1.12	Disponibilização de no-break 30 kva ou superior, incluindo banco de bateria	un x mês	1	R\$ 8.937,30	R\$ 8.937,30
1.13	Disponibilização de Vídeo Wall de 12 (2x6) Módulos de LED FULL HD	un x mês	1	R\$ 36.745,33	R\$ 36.745,33
<b>2.</b>	<b>SUBSISTEMA DE MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO URBANA E PATRIMONIAL</b>				
2.1	Disponibilização de câmera IP tipo 01: bullet, destinada à leitura de placas veiculares em duas faixas de rolamento, com caixa de proteção, resolução mínima de 4	un x mês	47	R\$ 2.415,51	R\$ 113.528,97

	megapixels, iluminador infravermelho integrado e lente incorporada no mesmo equipamento.				
2.2	Disponibilização de câmera IP tipo 02: bullet, destinada à leitura de placas veiculares em quatro faixas de rolamento, com caixa de proteção, resolução mínima de 4 megapixels, iluminador infravermelho integrado e lente incorporada no mesmo equipamento.	un x mês	5	R\$ 3.929,24	R\$ 19.646,20
2.3	Disponibilização de Câmera IP tipo 03: Speed Dome (360°) 4MP com IR, equipada com iluminador infravermelho (IR) para visão noturna e zoom óptico mínimo de 25x e análise Inteligente	cj x mês	70	R\$ 1.013,98	R\$ 70.978,60
2.4	Disponibilização de Câmera IP tipo 04: Speed Dome (360°) 4MP com IR, equipada com iluminador infravermelho (IR) para visão noturna e zoom óptico mínimo de 40x e análise Inteligente	cj x mês	8	R\$ 3.597,00	R\$ 28.776,00
2.5	Disponibilização de Câmera IP tipo 05: Fixa Bullet 5MP com Iluminador Infravermelho tipo LED, com alcance mínimo de 50 metros e função de reconhecimento facial	un x mês	346	R\$ 400,44	R\$ 138.552,24
2.6	Disponibilização de Câmera IP tipo 06: Fixa Dome 2MP com Iluminador Infravermelho tipo LED, com alcance mínimo de 40 metros e	un x mês	644	R\$ 152,87	R\$ 98.448,28

	função de análise de perímetro				
2.7	Disponibilização de Câmera IP tipo 07: Fixa Dome 2MP com Iluminador Infravermelho tipo LED, com alcance mínimo de 30 metros para monitoramento interno	un x mês	1295	R\$ 111,59	R\$ 144.509,05
2.8	Disponibilização de torre tipo metálica - aço galvanizado a fogo (norma NBR 6323) com 15 m para câmara tipo 04, com fundação de Bloco de concreto armado dimensionado	cj x mês	8	R\$ 2.096,67	R\$ 16.773,36
2.9	Disponibilização de coluna de 5" x 6,0m para câmara de monitoramento (norma NBR 6591)	cj x mês	132	R\$ 525,30	R\$ 69.339,60
2.10	Disponibilização de braço projetado de 4,70m para auxiliar no monitoramento (norma NBR 6591)	cj x mês	122	R\$ 165,57	R\$ 20.199,54
2.11	Disponibilização de caixa de proteção para equipamentos completa, com seus componentes elétrico e eletrônicos, alimentação elétrica e aterramento	cj x mês	140	R\$ 439,53	R\$ 61.534,20
2.12	Disponibilização de gravador para sites de pequeno porte, com capacidade de processamento suficiente para suportar, no mínimo, 8 câmeras integradas ao sistema de gerenciamento de vídeo (VMS).	un x mês	225	R\$ 1.317,04	R\$ 296.334,00
2.13	Disponibilização de gravador para sites de médio porte, com capacidade de	un x mês	5	R\$ 1.486,58	R\$ 7.432,92

	processamento suficiente para suportar, no mínimo, 16 câmeras integradas ao sistema de gerenciamento de vídeo (VMS).				
2.14	Disponibilização de gravador para sites de grande porte, com capacidade de processamento suficiente para suportar, no mínimo, 32 câmeras integradas ao sistema de gerenciamento de vídeo (VMS).	un x mês	6	R\$ 2.395,42	R\$ 14.372,52
2.15	Disponibilização de switch PoE gigabit de 16 portas	un x mês	243	R\$ 210,94	R\$ 51.258,42
2.16	Disponibilização de mini rack de parede 6u x 470mm	un x mês	243	R\$ 70,45	R\$ 17.119,35
2.17	Disponibilização de nobreak de 1 Kva para sistema de gestão patrimonial	un x mês	243	R\$ 197,99	R\$ 48.111,57
2.18	Disponibilização de sensor magnético de porta, homologado pela ANATEL	un x mês	844	R\$ 11,90	R\$ 10.043,60
2.19	Disponibilização de sensor de presença infravermelho	un x mês	2055	R\$ 22,31	R\$ 45.847,05
2.20	Disponibilização de central de alarmes, incluindo todos os acessórios	un x mês	246	R\$ 436,74	R\$ 107.438,04
2.21	Disponibilização de terminal facial, com display de no máximo 7" com resolução mínima de 600 x1024, para unidades educacionais	un x mês	292	R\$ 359,62	R\$ 105.009,04
2.22	Disponibilização de catraca lateral tipo flap, com material externo em aço INOX 304 com bordas arredondadas, com pictograma LED que	un x mês	27	R\$ 1.249,88	R\$ 33.746,76

	mostre o sentido de passagem, com sinalização verde para liberado e sinalização em vermelho para bloqueado, para acesso interno das unidades educacionais				
2.23	Disponibilização de catraca central tipo flap, com material externo em aço INOX 304 com bordas arredondadas, com pictograma LED que mostre o sentido de passagem, com sinalização verde para liberado e sinalização em vermelho para bloqueado, para acesso interno das unidades educacionais	un x mês	24	R\$ 1.645,88	R\$ 39.501,12
2.24	Disponibilização de catraca tipo balcão PNE, com material externo em aço INOX 304 com bordas arredondadas, com pictograma LED que mostre o sentido de passagem, com sinalização verde para liberado e sinalização em vermelho para bloqueado, para acesso interno das unidades educacionais	un x mês	119	R\$ 1.229,18	R\$ 146.272,42
2.25	Disponibilização de terminal portátil para comunicação de missão crítica em banda larga	un x mês	208	R\$ 1.233,00	R\$ 256.464,00
<b>3.</b>	<b>EQUIPE TÉCNICA</b>				
3.1	Disponibilização de Equipe de Suporte Técnico e Manutenção 24x7	un x mês	1	R\$ 216.333,33	R\$ 216.333,33
3.2	Disponibilização de Equipe Padrão de Monitoramento, composta por : 04 Agentes de Monitoramento.	un x mês	1	R\$ 86.544,00	R\$ 86.544,00

Segunda a Sexta, em horário comercial					
<b>Total Mensal:</b>					<b>R\$ 3.442.341,07</b>
<b>Total Mensal (54 Meses):</b>					<b>R\$ 185.886.417,78</b>
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.		
<b>4.</b>	<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO</b>				
4.1	Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento do Subsistema de Monitoramento, incluindo todos os materiais por Unidade Escolar Tipo 01	un	3	R\$ 61.833,33	R\$ 185.499,99
4.2	Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento do Subsistema de Monitoramento, incluindo todos os materiais por Unidade Escolar Tipo 02	un	21	R\$ 54.549,00	R\$ 1.145.529,00
4.3	Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento do Subsistema de Monitoramento, incluindo todos os materiais por Unidade Escolar Tipo 03	un	95	R\$ 50.000,00	R\$ 4.750.000,00
4.4	Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento do Subsistema de Monitoramento, incluindo todos os materiais para as Unidades de Saúde	un	49	R\$ 43.333,33	R\$ 2.123.333,17
4.5	Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento do Subsistema de Monitoramento, incluindo todos os materiais para as Demais Unidades	un	61	R\$ 37.000,00	R\$ 2.257.000,00



4.6	Serviços de Instalação, Configuração e de Equipamentos de Monitoramento Externo	un	229	R\$ 2.523,33	R\$ 577.842,57
4.7	Serviço de Adequação de Local para o Centro de Operações Integradas, incluindo adequação da sala, incluindo infraestrutura elétrica e de rede, nobreak, mobiliário próprio à operação 24x7, vídeo wall de 12 telas, câmeras internas, piso elevado e controle de acesso.	un	1	R\$ 633.566,67	R\$ 633.566,67
<b>Total Instalação:</b>					<b>R\$ 11.672.771,40</b>
<b>Total Geral LOTE 01:</b>					<b>R\$ 197.559.189,18</b>
<b>LOTE 2</b>					
<b>1</b>	<b>LINK DE COMUNICAÇÃO</b>				
1.1	Serviços de Disponibilização de Link de 1Gbps	un	1	R\$ 5.344,90	R\$ 5.344,90
1.2	Serviços de Disponibilização de Link de 100Mbps	un	339	R\$ 1.106,87	R\$ 375.228,93
<b>Total Mensal:</b>					<b>R\$ 380.573,83</b>
<b>Total Mensal (54 Meses):</b>					<b>R\$ 20.550.986,82</b>
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANT.</b>		
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO</b>				
2.1	Serviços de Instalação de Links	un	340	R\$ 1.118,57	R\$ 380.313,80
<b>Total Instalação:</b>					<b>R\$ 380.313,80</b>
<b>Total Geral LOTE 02:</b>					<b>R\$ 20.931.300,62</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					
<b>Total LOTE 01 (MENSAL):</b>					<b>R\$ 3.442.341,07</b>



<b>Total LOTE 02 (MENSAL):</b>		<b>R\$ 380.573,83</b>
<b>Total Instalação LOTE 01:</b>		<b>R\$ 11.672.771,40</b>
<b>Total Instalação LOTE 02:</b>		<b>R\$ 380.313,80</b>
<b>Total GERAL LOTE 01 + LOTE 02:</b>		<b>R\$ 218.490.489,80</b>

### **3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1.1. O reforço da segurança constitui condição essencial para a adequada gestão do município, sendo indispensável a adoção de métodos modernos e equipamentos com tecnologia atualizada, capazes de possibilitar o monitoramento simultâneo de diversos pontos da cidade a partir de uma Central de Operações Integradas (COI).
- 3.1.2. Sob a ótica do processo de contratação pública, a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) impõe à Administração o dever de planejamento e de demonstração da necessidade da contratação, destacando-se:
- 3.1.3. Art. 11: determina que as contratações públicas sejam precedidas de planejamento que assegure a seleção da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;
- 3.1.4. Art. 18, § 1º: prevê a obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumento que deve apresentar, entre outros elementos, a caracterização da necessidade, a avaliação de soluções disponíveis no mercado, a justificativa da contratação e o posicionamento conclusivo quanto à adequação da solução escolhida;
- 3.1.5. Art. 40: estabelece que os contratos administrativos devem ser formalizados com base em critérios técnicos e de eficiência, resguardando o interesse público.
- 3.1.6. Adicionalmente, o princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, da CF) e os princípios do planejamento, transparência, economicidade e motivação previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 impõem à Administração a adoção de soluções tecnológicas que assegurem maior



controle operacional, menor risco de falhas e melhor utilização dos recursos públicos.

3.1.7. No caso concreto, a implantação de uma solução integrada de segurança e mobilidade configura-se como medida essencial ao cumprimento do dever legal de garantir a segurança da população, bem como de proteger o patrimônio público. Essa necessidade é reforçada pelo entendimento consolidado em jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o qual a Administração deve demonstrar, em fase de planejamento, a vantajosidade técnica e econômica da solução escolhida em se tratando dos prazos de vigência.

3.1.8. Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário). “É admissível a fixação de prazos mais longos para contratos de natureza continuada, desde que devidamente justificados, haja previsão editalícia e contratual, e seja demonstrado que a medida é mais vantajosa à Administração.”

(Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, Relator: Ministro Augusto Sherman, Sessão de 02/10/2013).

3.1.9. Assim, a estipulação da vigência inicial de 60 (sessenta) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 10 (dez) anos, está em plena conformidade com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, bem como com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.214/2013, nº 1.775/2015 e nº 2.622/2013 – Plenário), garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e continuidade na prestação de serviços essenciais à sociedade.

3.1.10. Ainda, conforme os arts. 6º, inciso LVI, e 18 da Lei 14.133/2021, a Administração tem a obrigação de apresentar, no ETP, análise do problema a ser resolvido e os resultados pretendidos, demonstrando que a solução adotada é a que melhor atende ao interesse público e garante a adequada execução do serviço, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da CF).

3.1.11. Portanto, a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e implantação de solução em regime de funcionamento



ininterrupto (24 horas por dia, 365 dias por ano), no município, encontra respaldo na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que exige planejamento prévio, justificativa técnica e motivação da escolha da solução como condições de validade da contratação.

3.1.12. Dessa forma, a presente iniciativa não apenas atende a um dever jurídico-constitucional do Município, como também observa rigorosamente os instrumentos legais e princípios norteadores da Administração Pública, assegurando a legitimidade e a robustez jurídica da contratação.

3.1.13. Da Justificativa do não-parcelamento – menor preço global:

3.1.14. À luz do que dispõe o art. 46 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui medida preferencial sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, desde que não acarrete prejuízo à execução, nem comprometa a economia de escala ou a eficiência do resultado. A jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, bem como a doutrina especializada, reforça que o fracionamento ou o agrupamento do objeto deve ser precedido de motivação técnica idônea, de modo a resguardar os princípios da competitividade, da vantajosidade e da seleção da proposta mais eficiente.

3.1.15. No caso em exame, a solução a ser contratada envolve um conjunto de componentes integrados, abrangendo infraestrutura tecnológica, softwares, equipamentos, conectividade, serviços de suporte técnico, manutenção e operação continuada, cuja efetividade pressupõe interoperabilidade plena entre seus módulos e uniformidade na gestão operacional. A execução fragmentada, sem o devido alinhamento técnico, pode comprometer a funcionalidade global do sistema, ensejando riscos de incompatibilidade, sobreposição de responsabilidades, lacunas operacionais e aumento de custos administrativos.

3.1.16. Não obstante, verifica-se que determinados elementos da solução possuem características próprias que recomendam sua segregação em



lotes distintos, desde que tal divisão não prejudique sua necessária integração. Especificamente, constata-se que os links de comunicação, por sua natureza contratual e modelo de provimento, comportam tratamento apartado, sem afetar a arquitetura lógica e operacional da solução tecnológica principal. Assim, a divisão do objeto em dois lotes, um voltado à solução tecnológica integrada e outro dedicado às linhas e meios de comunicação, mostra-se medida tecnicamente adequada e juridicamente amparada, por permitir competitividade setorial, evitar restrições indevidas de mercado e, simultaneamente, preservar a unidade funcional do sistema.

- 3.1.17. Dessarte, a distribuição do objeto em dois lotes atende ao comando normativo da Lei nº 14.133/2021, observando-se que:
- 3.1.18. Há viabilidade técnica, pois a separação não compromete a interoperabilidade global da solução;
- 3.1.19. Há adequação econômica, na medida em que a divisão permite maior competição no mercado especializado de telecomunicações, sem perda de economia de escala na solução principal;
- 3.1.20. Não há prejuízo à execução, visto que os dois componentes, solução tecnológica e links de comunicação, mantêm interação operacional clara, com responsabilidades bem delimitadas;
- 3.1.21. Há preservação dos princípios da competitividade e vantajosidade, pois a divisão evita a concentração indevida do objeto, ao mesmo tempo em que impede sua fragmentação excessiva.
- 3.1.22. À vista de todo o exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto em dois lotes apresenta-se justo, necessário e tecnicamente fundamentado, harmonizando-se com os requisitos legais e jurisprudenciais aplicáveis, garantindo maior segurança jurídica ao certame e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 3.1.23. Já a adoção do critério de menor preço global por lote para o julgamento das propostas mostra-se a alternativa mais adequada, eficiente e alinhada aos princípios que regem as contratações públicas,



especialmente aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os princípios da economicidade, eficiência, competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.1.24. Primeiramente, considerando que o objeto contratual envolve a prestação integrada de serviços e o fornecimento de equipamentos interdependentes, cuja operação depende da plena compatibilidade entre todos os componentes, a utilização do menor preço global por lote evita a fragmentação da contratação e elimina riscos de incompatibilidade técnica, sobreposição de responsabilidades, lacunas operacionais e custos adicionais futuros. Assim, assegura-se que a solução será entregue de forma uniforme, plenamente integrada e com desempenho coerente em todas as suas etapas.

3.1.25. Nesse sentido, a doutrina de Marçal Justen Filho reforça a necessidade de critérios objetivos e juridicamente adequados no julgamento das propostas, destacando que:

3.1.26. “O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. (...) Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhasdas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2012.)

3.1.27. Ademais, o critério de menor preço global por lote impede distorções que poderiam advir da apresentação de preços unitários artificialmente reduzidos para alguns itens, compensados por valores elevados em outros, prática que comprometeria a realidade econômico-financeira da proposta e colocaria em risco a execução contratual. Dessa forma, a avaliação global da proposta garante maior transparência, objetividade e equilíbrio na análise das ofertas apresentadas pelas licitantes.





- 3.1.28. Cumpre registrar que a opção pelo menor preço global por lote também está em consonância com as melhores práticas de gestão pública e com a busca por soluções que proporcionem economia de escala, otimização de recursos e redução dos custos operacionais, além de mitigar riscos de aditivos desnecessários ou revisões contratuais decorrentes de falhas de planejamento.
- 3.1.29. Por todo o exposto, resta plenamente justificada a adoção do critério de menor preço global por lote para o julgamento das propostas, uma vez que tal metodologia assegura à Administração a contratação mais vantajosa sob o ponto de vista técnico e econômico, garantindo a efetividade da execução, a estabilidade do sistema a ser implantado e a adequada proteção do interesse público.
- 3.1.30. Da justificativa da qualificação técnica – Exigência do registro do CREA:
- 3.1.31. A exigência de registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) decorre da natureza do objeto contratual, o qual envolve atividades típicas de engenharia elétrica, civil e de telecomunicações, demandando responsabilidade técnica compatível com a complexidade e os riscos associados.
- 3.1.32. Tal requisito encontra respaldo no art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir *“comprovação de aptidão técnica compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação”*, bem como a indicação de responsável técnico devidamente habilitado para garantir a adequada execução dos serviços.
- 3.1.33. Assim, a exigência de registro no CREA é medida proporcional, necessária e vinculada ao objeto, constituindo instrumento de proteção ao interesse público e de garantia da segurança técnica das instalações a serem executadas.
- 3.1.34. Alcance das Profissões:



Engenheiros (CREA)	Detêm competência legal para projetar, executar e assumir responsabilidade técnica por obras e serviços de engenharia elétrica, civil e de telecomunicações (Leis nº 5.194/1966 e nº 6.496/1977).
Arquitetos e urbanistas (CAU)	Suas atribuições concentram-se em projetos de edificações, urbanismo e conforto ambiental, abrangendo “instalações e equipamentos referentes à arquitetura” (Lei nº 12.378/2010). Não lhes compete o projeto e execução de sistemas elétricos de potência, torres metálicas ou redes de telecomunicações.
Técnicos (CFT)	A Lei nº 13.639/2018 e a Resolução CFT nº 118/2020 conferem atribuições de execução, manutenção e projetos em eletroeletrônica de baixa tensão, CFTV e cabeamento. Embora possam atuar como auxiliares em parte da execução (instalação de câmeras, cabeamento estruturado, sistemas de alarme), não possuem competência para assumir a responsabilidade técnica global por instalações elétricas de alta complexidade, fundações estruturais, torres metálicas ou arquitetura de backbone óptico e rádio licenciado.

3.1.35. Diante do cotejo entre o objeto da contratação e os marcos normativos que delimitam as atribuições profissionais, não se mostra cabível admitir arquitetos (CAU) ou técnicos de nível médio (CFT) como responsáveis técnicos pelo contrato, tendo em vista que:

3.1.36. O objeto envolve projetos e execução de infraestrutura elétrica de média tensão, instalação de torres metálicas, sistemas de comunicação de dados e backbone óptico e rádio licenciado, atividades que demandam competência privativa de engenheiros registrados no CREA.

3.1.37. A atuação de profissionais vinculados ao CAU restringe-se a atividades de arquitetura, urbanismo e conforto ambiental, nos termos da Lei nº 12.378/2010, não abrangendo sistemas elétricos de potência, redes de telecomunicações ou estruturas metálicas de grande porte.



- 3.1.38. Os profissionais vinculados ao CFT, de acordo com a Lei nº 13.639/2018 e a Resolução CFT nº 118/2020, possuem atribuições limitadas à execução e manutenção de sistemas de baixa tensão, CFTV e cabeamento estruturado, não lhes sendo conferida competência legal para assumir responsabilidade técnica global por obras e serviços de engenharia elétrica, civil e de telecomunicações.
- 3.1.39. Portanto, a designação de responsáveis técnicos pertencentes ao CAU ou CFT não asseguraria a abrangência técnica e legal necessária para a execução integral do objeto, sendo imprescindível a responsabilidade técnica formal por engenheiro habilitado no CREA.
- 3.1.40. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Súmula nº 263, firmou entendimento de que a Administração deve exigir qualificação técnica vinculada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto contratual, como forma de garantir a adequada execução dos serviços e a proteção ao erário.
- 3.1.41. Súmula nº 263/TCU: “A comprovação de aptidão técnica deve estar vinculada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado.”
- 3.1.42. No presente caso, tais parcelas dizem respeito às instalações elétricas críticas, torres estruturais e backbone de comunicação, cujas atribuições são exclusivas de engenheiros habilitados e registrados no CREA, razão pela qual a exigência se mostra plenamente compatível e juridicamente amparada.
- 3.1.43. Diante do exposto, conclui-se que a exigência de registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA é proporcional, necessária e diretamente vinculada à natureza do objeto, atendendo aos requisitos de tecnicidade, especialização e segurança jurídica previstos no art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.44. Não se mostra cabível admitir arquitetos (CAU) ou técnicos (CFT) como responsáveis técnicos pelo contrato, em razão da complexidade das atividades de engenharia elétrica, civil e de telecomunicações envolvidas.



- 3.1.45. A responsabilidade técnica deve ser exercida por engenheiro devidamente habilitado e registrado no CREA, garantindo a regularidade legal, a integridade técnica da execução e a observância das normas de segurança aplicáveis.
- 3.1.46. Assim, a manutenção da exigência de registro no CREA representa medida de proteção ao interesse público, de observância da legislação profissional e de aderência aos princípios da legalidade, proporcionalidade e eficiência administrativa.
- 3.1.47. Da justificativa da apresentação da planilha detalhada e da formação dos preços com memória de cálculo e insumos unitários:
- 3.1.48. Nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória da contratação deve conter estimativa do valor da contratação, fundamentada em pesquisa de preços praticados no mercado, em contratações similares ou em sistemas oficiais de referência.
- 3.1.49. O art. 23, §1º, inciso II, do mesmo diploma, determina que a estimativa de preços integre os autos do processo licitatório, devendo conter parâmetros e justificativas que embasem a vantajosidade da proposta.
- 3.1.50. A Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, em seu art. 22, estabelece que a estimativa deve conter preços unitários, quantitativos, justificativas e memória de cálculo, de modo a assegurar planejamento, rastreabilidade e controle administrativo.
- 3.1.51. A jurisprudência do TCU, em especial o Acórdão nº 1.750/2014 – Plenário, fixou que a regra geral é a apresentação de planilhas de quantitativos e preços unitários, admitindo-se grau variável de detalhamento, a depender da natureza e complexidade do objeto.
- 3.1.52. No caso concreto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e demais Anexos apresentam planilha de composição de custos e formação do preço estimado, com valores unitários e totais por item, abrangendo os principais componentes da solução integrada.



- 3.1.53. A estimativa de preços foi elaborada a partir de pesquisa mercadológica junto a fornecedores especializados e consultas a bancos de preços oficiais e contratações similares, devidamente documentadas nos autos do ETP.
- 3.1.54. O valor total anual encontra-se devidamente justificado e fundamentado nos parâmetros técnicos e econômicos da pesquisa.
- 3.1.55. Dessa forma, o processo licitatório atende aos requisitos legais de elaboração de planilha de custos, contendo quantitativos, valores unitários e totais, metodologia de pesquisa e justificativas técnicas, em conformidade com os arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.56. É importante esclarecer que, embora a Administração não tenha apresentado a decomposição pormenorizada de cada insumo físico individual (como cabos, conectores, dutos ou tomadas), tal exigência não é aplicável ao caso concreto, diante da natureza do objeto licitado.
- 3.1.57. O contrato em questão versa sobre a locação e operação de solução tecnológica integrada, que engloba equipamentos, softwares e serviços continuados, não configurando obra de engenharia nem empreitada por preço unitário.
- 3.1.58. Nesse tipo de contratação, a Administração não adquire insumos isolados, mas sim a entrega de um sistema completo, funcional e operante, cabendo à contratada a composição interna de seus custos e insumos.
- 3.1.59. Exigir a abertura integral dos insumos físicos e de composição analítica equivaleria a tratar indevidamente esta contratação como uma obra civil, o que seria tecnicamente desnecessário e juridicamente excessivo, podendo, inclusive, restringir a competitividade sem ganho real de transparência ou controle.
- 3.1.60. O TCU, em diversos precedentes (v.g. Acórdão nº 1.750/2014 – Plenário), já firmou entendimento de que o grau de detalhamento da planilha de custos deve ser compatível com a natureza do objeto, bastando, em contratos de locação de soluções integradas e serviços



tecnológicos, a apresentação de preços unitários e totais por item, desde que suficiente para assegurar julgamento objetivo e economicidade.

- 3.1.61. A exigência de planilha detalhada, com memória de cálculo e insumos unitários, visa garantir transparência e controle do gasto público, não impondo, entretanto, modelo único de detalhamento, conforme reconhece a doutrina especializada.
- 3.1.62. Segundo Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2022), o orçamento estimativo “deve permitir o controle da vantajosidade e da razoabilidade do preço, mas sem engessar a Administração em formalismos desnecessários”.
- 3.1.63. No presente caso, o nível de detalhamento apresentado é proporcional e suficiente, atendendo plenamente aos objetivos de planejamento, transparência e avaliação objetiva das propostas, previstos na legislação e nos entendimentos do TCU.
- 3.1.64. Diante do exposto, não se encontra nenhuma possibilidade de omissão quanto à ausência de planilha detalhada neste projeto.
- 3.1.65. Portanto, a exigência legal foi integralmente atendida, estando o edital devidamente fundamentado, de forma a assegurar transparência, planejamento adequado e julgamento objetivo, conforme os arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, o art. 22 da IN SEGES nº 65/2021, e a jurisprudência consolidada do TCU (Acórdão nº 1.750/2014 – Plenário).
- 3.1.66. Da Justificativa para a Exigência de Garantia de Proposta:
- 3.1.67. A exigência de garantia de proposta encontra respaldo no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a requerer, no edital, a prestação de garantia de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, com o objetivo de assegurar a seriedade das propostas apresentadas e prevenir comportamentos oportunistas durante o certame.
- 3.1.68. Art. 58, caput, da Lei nº 14.133/2021: “O edital poderá exigir dos licitantes a prestação de garantia de proposta, limitada a 1% (um por





cento) do valor estimado da contratação, com o objetivo de assegurar a seriedade das propostas.”

- 3.1.69. Tal previsão visa proteger a Administração contra a desistência imotivada, omissão, ou descumprimento de obrigações durante a fase de habilitação ou adjudicação, evitando atrasos e prejuízos decorrentes de condutas desleais de licitantes.
- 3.1.70. A garantia de proposta tem por finalidade restringir a participação de licitantes sem efetiva capacidade técnica, financeira ou intenção de contratar, assegurando que apenas empresas idôneas e comprometidas apresentem propostas.
- 3.1.71. No contexto desta contratação, que envolve fornecimento, instalação e operação de solução integrada de videomonitoramento e análise inteligente de imagens, com elevado valor estimado, complexidade técnica e abrangência municipal, a exigência da garantia mostra-se proporcional e necessária para:
- 3.1.72. Evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou elaboradas sem lastro financeiro;
- 3.1.73. Reduzir o risco de desclassificações sucessivas, que prejudicariam a competitividade e atrasariam o cronograma do certame;
- 3.1.74. Assegurar a seriedade e o comprometimento dos licitantes até a assinatura do contrato;
- 3.1.75. Proteger o interesse público, evitando custos adicionais decorrentes de nova licitação.
- 3.1.76. A exigência de garantia de proposta limitada a 1% do valor estimado da contratação atende ao princípio da proporcionalidade, pois não representa obstáculo à competitividade, tampouco cria ônus excessivo aos licitantes.
- 3.1.77. A Lei nº 14.133/2021 estabelece o percentual máximo justamente para equilibrar a proteção da Administração e a liberdade de participação. O valor é irrisório frente ao montante total da contratação, mas suficiente



para coibir condutas desidiosas e incentivar o comportamento responsável dos concorrentes.

- 3.1.78. O TCU, em diversas decisões (v.g. Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, Acórdão nº 3.037/2016 – Plenário e Acórdão nº 1.775/2015 – Plenário), reconhece a legalidade e a utilidade da exigência de garantia de proposta, desde que observados os limites legais e o caráter não restritivo da medida.
- 3.1.79. Acórdão TCU nº 3.037/2016 – Plenário: “A exigência de garantia de proposta, quando observados os parâmetros legais, não configura restrição à competitividade, servindo à proteção da Administração e à seriedade do certame.”
- 3.1.80. A exigência tem caráter essencialmente preventivo, integrando o planejamento da licitação e reforçando os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.81. Em licitações de grande vulto e complexidade técnica, como o presente caso, o risco de abandono da disputa, impugnações protelatórias ou recusas injustificadas de assinatura contratual é estatisticamente mais elevado. Assim, a exigência de garantia de proposta mitiga tais riscos e confere estabilidade procedimental ao certame.
- 3.1.82. Ressalte-se que a exigência de garantia de proposta não restringe a competitividade, uma vez que:
- 3.1.83. O percentual exigido está dentro do limite legal ( $\leq 1\%$ );
- 3.1.84. São admitidas todas as modalidades de garantia previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária);
- 3.1.85. O valor exigido é proporcional à materialidade da contratação, não impondo barreiras indevidas à participação de empresas de pequeno ou médio porte.



- 3.1.86. Desse modo, a exigência atende também ao princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal), garantindo tratamento igualitário entre os concorrentes.
- 3.1.87. Diante do exposto, a exigência de garantia de proposta mostra-se juridicamente legítima, tecnicamente justificada e proporcional ao objeto licitado, atendendo às finalidades de assegurar a seriedade das propostas, proteger o interesse público e reforçar a credibilidade do processo licitatório.
- 3.1.88. Da justificativa na elaboração das especificações, vetando direcionamento técnico:
- 3.1.89. A elaboração das especificações técnicas que compõem o presente Termo de Referência foi conduzida de forma técnica, impessoal e fundamentada, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e competitividade, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.1.90. O processo de definição dos requisitos técnicos teve como objetivo garantir a melhor solução para o interesse público, com padronização, interoperabilidade e qualidade, sem restringir a competitividade do certame ou direcionar a contratação a fornecedor específico.
- 3.1.91. Durante a fase de planejamento e instrução, foram observados os seguintes parâmetros:
- 3.1.92. Especificações funcionais e de desempenho, em substituição à indicação de marcas, modelos ou fabricantes;
- 3.1.93. Compatibilidade com múltiplas tecnologias disponíveis no mercado, adotando protocolos abertos e soluções interoperáveis;
- 3.1.94. Aderência a normas técnicas e regulatórias nacionais e internacionais (ABNT, Anatel, Inmetro, entre outras);
- 3.1.95. Pesquisa de mercado e consultas técnicas junto a fornecedores e órgãos públicos com experiência prévia em soluções similares;



- 3.1.96. Definição de critérios objetivos de qualidade, confiabilidade e segurança operacional, em conformidade com a natureza e a complexidade do objeto.
- 3.1.97. Adoção de referências técnicas, modelos e boas práticas de outros entes públicos constitui conduta legítima e recomendável, amparada pelo princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e reafirmada pelos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021. A Administração Pública moderna tem o dever de atuar de forma eficiente, econômica e colaborativa, aproveitando experiências administrativas exitosas e modelos técnicos previamente testados, desde que adaptados às necessidades específicas do novo contexto. Tal prática evita a duplicidade de esforços, racionaliza o uso dos recursos públicos e reduz riscos técnicos, contribuindo para maior celeridade e economicidade na fase de planejamento.
- 3.1.98. Essas medidas asseguram que as especificações descritas não configuram direcionamento técnico, mas representam condições mínimas de desempenho e eficiência necessárias à execução contratual e à proteção do interesse público.
- 3.1.99. Cabe destacar que o art. 46, §1º, da Lei nº 14.133/2021 veda expressamente a indicação de marca, salvo em casos excepcionais e tecnicamente justificados. No presente caso, não houve indicação de marcas ou fabricantes, tendo o documento se limitado a definir características e funcionalidades essenciais, de forma ampla e compatível com diversos fornecedores qualificados no mercado.
- 3.1.100. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido que a detalhação técnica do objeto não implica direcionamento quando visa garantir a adequada execução do contrato e reflete as necessidades operacionais da Administração, conforme entendimento constante da Súmula nº 177/TCU e dos Acórdãos nº 1.775/2015 – Plenário e nº 2.622/2013 – Plenário. *“A descrição pormenorizada do objeto não configura direcionamento, desde que se baseie em critérios técnicos e não restrinja indevidamente a competição*

(TCU, Acórdão nº 1.775/2015 – Plenário)

- 3.1.101. Vale ressaltar ainda que, a reutilização ou inspiração em termos de referência e estudos técnicos de outros entes federativos não constitui irregularidade, mas sim instrumento de gestão pública responsável, conforme orientação consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite o compartilhamento de referências administrativas, desde que observadas as particularidades locais e o respeito à isonomia entre os licitantes. *“A utilização de editais ou termos de referência de outros órgãos ou entidades, quando adaptados às peculiaridades do novo certame, não caracteriza direcionamento, mas representa prática de gestão eficiente e racional.”* (TCU, Acórdão nº 1.802/2017 – Plenário)
- 3.1.102. Dessa forma, a elaboração das especificações técnicas observou rigorosamente os princípios da isonomia, impessoalidade e eficiência, garantindo a ampla participação de licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 3.1.103. Conclui-se, portanto, que não há qualquer direcionamento técnico ou restrição indevida à competitividade, estando o presente Termo de Referência devidamente fundamentado e juridicamente hígido.
- 3.1.104. Da Justificativa da Exigência e Condução da Prova de Conceito (PoC):
- 3.1.105. A realização da Prova de Conceito (PoC) tem como finalidade assegurar a aderência prática da solução ofertada às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, mediante verificação funcional, objetiva e isonômica das características e capacidades técnicas declaradas pelas licitantes.
- 3.1.106. Trata-se de um instrumento técnico de aferição de conformidade, amplamente reconhecido pela jurisprudência e pela boa prática administrativa, especialmente em contratações de soluções tecnológicas complexas, sistemas integrados e plataformas de alto desempenho, nas quais a mera análise documental não é suficiente para garantir a compatibilidade e a funcionalidade das soluções ofertadas.



- 3.1.107. Os parâmetros de verificação da PoC foram expressamente definidos e detalhados neste Termo de Referência, consistindo na demonstração prática e funcional de cada requisito técnico exigido, como desempenho, integração, usabilidade, estabilidade, escalabilidade, análise inteligente e interoperabilidade.
- 3.1.108. Cada item será avaliado de forma padronizada, observando critérios previamente estabelecidos, garantindo isonomia e transparência entre os participantes.
- 3.1.109. A PoC não se trata de uma etapa subjetiva ou discricionária, mas sim de teste técnico com resultado mensurável, cujo julgamento será registrado em ata circunstanciada, a ser lavrada pela comissão técnica designada.
- 3.1.110. O procedimento atende, portanto, ao disposto no art. 5º, caput e inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à Administração a observância dos princípios da impessoalidade, publicidade, objetividade e julgamento técnico fundamentado.
- 3.1.111. O prazo de 10 (dez) dias previsto para a realização da Prova de Conceito é razoável, proporcional e adequado à complexidade do objeto, refletindo o equilíbrio entre o tempo necessário à preparação técnica da licitante e a celeridade que se exige de quem pretende assumir contrato de grande porte e continuidade operacional.
- 3.1.112. Esse prazo tem função dupla: além de permitir o teste funcional da solução, avalia também a capacidade de mobilização, integração e resposta operacional das licitantes, elementos essenciais para garantir que a contratada possua estrutura técnica e agilidade compatíveis com as demandas de execução do contrato.
- 3.1.113. Tal exigência encontra amparo no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de promover contratações eficientes e vantajosas, e no princípio da proporcionalidade, consagrado no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.
- 3.1.114. Da revisão tecnológica, atualização por obsolescência e reequilíbrio econômico-financeiro:





3.1.115. Considerando a natureza tecnológica, complexa e de longa duração do objeto, deverá ser prevista a realização de revisões tecnológicas periódicas, com o objetivo de avaliar a aderência, a atualidade, a segurança e a compatibilidade dos sistemas, softwares, equipamentos e demais componentes da solução às necessidades da Administração e às normas técnicas aplicáveis.

3.1.116. As revisões tecnológicas deverão identificar, de forma técnica e fundamentada, situações de obsolescência tecnológica, caracterizadas, entre outros fatores, pela descontinuidade de suporte pelo fabricante, ausência de atualizações de segurança, incompatibilidade com normas técnicas vigentes ou comprometimento do desempenho, da segurança ou da interoperabilidade da solução.

3.1.117. Atualização e substituição por obsolescência

3.1.118. Constatada tecnicamente a obsolescência de qualquer componente da solução, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE proposta técnica de atualização ou substituição, observados os seguintes critérios:

- a) manutenção ou elevação do nível de desempenho, segurança, interoperabilidade e funcionalidade da solução;
- b) compatibilidade com a arquitetura adotada e com os demais componentes do sistema;
- c) observância das normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis;
- d) preservação da continuidade operacional dos serviços;
- e) vedação à substituição que implique direcionamento tecnológico ou dependência exclusiva de fornecedor.

3.1.119. A atualização ou substituição deverá ocorrer mediante prévia aprovação da Administração, formalizada nos termos da legislação vigente.



3.1.120. Reequilíbrio econômico-financeiro:

3.1.121. Na hipótese de atualização ou substituição decorrente de obsolescência tecnológica comprovada, que implique alteração significativa dos custos originalmente pactuados, poderá ser avaliado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) demonstração técnica da obsolescência e da imprescindibilidade da atualização;
- b) comprovação da repercussão econômica direta e relevante sobre o contrato;
- c) observância dos limites, critérios e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021;
- d) manutenção da vantajosidade da contratação para a Administração.

3.1.122. O reequilíbrio não será admitido para atualizações meramente incrementais, estéticas ou decorrentes de opção tecnológica unilateral da CONTRATADA.

3.1.123. Vedação à obsolescência programada e às atualizações indevidas:

3.1.124. É vedada a prática de obsolescência programada, bem como a imposição de atualizações desnecessárias ou não justificadas tecnicamente, que impliquem aumento indevido de custos, dependência tecnológica ou comprometimento do equilíbrio contratual.

3.1.125. Finalidade das disposições:

3.1.126. As disposições deste item têm por finalidade assegurar a continuidade, a eficiência, a segurança e a atualidade tecnológica da solução ao longo da vigência contratual, prevenindo a obsolescência,



resguardando o interesse público e preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- 3.1.127. Da adequação à lei nº 13.709/2018 – lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD):
- 3.1.128. A solução objeto da presente contratação envolve a implantação e operação de sistemas tecnológicos de alta complexidade, destinados, entre outros, ao videomonitoramento urbano e patrimonial, à análise inteligente de imagens, à leitura automática de placas veiculares (OCR/LPR), ao reconhecimento facial, ao controle de acesso e à comunicação de missão crítica, com operação contínua, integrada e centralizada.
- 3.1.129. As funcionalidades descritas implicam, de forma direta e indireta, o tratamento massivo, contínuo e sistemático de dados pessoais, inclusive dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tais como imagens de pessoas identificadas ou identificáveis, dados biométricos, registros de deslocamento, informações associadas a eventos de segurança pública, controle de acesso e utilização de equipamentos em unidades públicas sensíveis.
- 3.1.130. Considerando a natureza, a escala, a complexidade tecnológica, a interoperabilidade entre plataformas e o caráter permanente da operação, verifica-se que o tratamento de dados pessoais decorrente da execução contratual apresenta potencial elevado de impacto aos direitos e liberdades fundamentais dos titulares, especialmente no que se refere à privacidade, à autodeterminação informativa, à segurança da informação e à proteção contra usos indevidos ou desproporcionais dos dados.
- 3.1.131. Nos termos do art. 38 da Lei nº 13.709/2018, a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) constitui instrumento adequado para descrever os processos de tratamento de dados pessoais, avaliar os riscos envolvidos e indicar as medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a mitigá-los.



3.1.132. Em observância ao dever de planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da prevenção, da eficiência administrativa, da segurança jurídica e da boa governança pública, a Contratada deverá elaborar o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) relativo à solução contratada, previamente ao início da operação dos sistemas que envolvam tratamento de dados pessoais, sem prejuízo de atualizações sempre que houver alterações relevantes nos fluxos, finalidades, tecnologias ou riscos associados ao tratamento.

3.1.133. O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais deverá, no mínimo:

- a) descrever detalhadamente os tipos de dados pessoais tratados, as finalidades, a base legal aplicável e os agentes de tratamento envolvidos;
- b) mapear os fluxos de dados, incluindo coleta, armazenamento, processamento, compartilhamento, retenção e descarte;
- c) identificar e avaliar os riscos aos direitos e liberdades dos titulares;
- d) indicar as medidas técnicas e administrativas adotadas para mitigação dos riscos, incluindo controles de acesso, criptografia, registro de logs, segregação de ambientes, políticas de retenção e descarte de dados;
- e) demonstrar a conformidade da solução com os princípios da LGPD.

3.1.134. A exigência do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais encontra respaldo na jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, notadamente nos Acórdãos TCU nº 1.233/2021-Plenário, nº 1.603/2020-Plenário e nº 2.314/2022-Plenário, os quais reconhecem o dever da Administração Pública de antecipar, na fase de planejamento, a identificação e a mitigação de riscos jurídicos, tecnológicos e operacionais, especialmente em contratações



complexas de tecnologia da informação que envolvam tratamento intensivo de dados.

- 3.1.135. A ausência, insuficiência ou inadequação do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando exigido, poderá ensejar a suspensão do início da operação dos sistemas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.
- 3.1.136. A observância integral da Lei nº 13.709/2018, bem como das diretrizes e recomendações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), constitui obrigação permanente da Contratada durante toda a vigência contratual, sendo condição essencial para a regular execução do contrato e para a preservação do interesse público.
- 3.1.137. Dos papéis e responsabilidades relativos à lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)
- 3.1.138. Para os fins da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Administração Pública Municipal será considerada Controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da execução do contrato, uma vez que define as finalidades e os meios essenciais do tratamento.
- 3.1.139. A empresa Contratada será considerada Operadora dos dados pessoais, realizando o tratamento de dados exclusivamente em nome da Controladora, nos limites das instruções contratuais, do Termo de Referência, do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) e da legislação aplicável.
- 3.1.140. A Contratada compromete-se a tratar os dados pessoais somente para as finalidades estritamente necessárias à execução do objeto contratual, sendo vedado o uso dos dados para fins próprios, comerciais, estatísticos, promocionais ou quaisquer outros não expressamente autorizados pela Controladora, ainda que de forma anonimizada, salvo nos casos permitidos em lei.



3.1.141. Constituem obrigações específicas da Contratada, na qualidade de Operadora:

- a) cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018, bem como as diretrizes e normas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- c) manter controles de acesso, autenticação, rastreabilidade, registro de logs e segregação de perfis de usuários compatíveis com a criticidade dos dados tratados;
- d) auxiliar a Controladora no atendimento aos direitos dos titulares de dados, sempre que solicitado, nos termos dos arts. 18 e 19 da LGPD;
- e) comunicar imediatamente à Controladora a ocorrência de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, indicando, sempre que possível, a natureza dos dados afetados, as medidas técnicas e administrativas adotadas e os riscos relacionados ao incidente;
- f) cooperar com a Controladora em eventuais fiscalizações, auditorias ou solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou dos órgãos de controle.

3.1.142. A Contratada deverá indicar formalmente no momento da assinatura do contrato um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), nos termos do art. 41 da LGPD, disponibilizando seus dados de contato à Controladora, devendo este atuar como ponto focal para assuntos relacionados à proteção de dados no âmbito da execução contratual.

3.1.143. A subcontratação de quaisquer atividades que envolvam tratamento de dados pessoais somente poderá ocorrer mediante





autorização prévia e expressa da Controladora, devendo a Contratada assegurar que eventuais suboperadores assumam obrigações de proteção de dados em nível igual ou superior ao previsto neste Termo de Referência e no contrato.

3.1.144. Encerrada a vigência contratual, a Contratada deverá, conforme determinação da Controladora, proceder à eliminação, devolução ou anonimização dos dados pessoais tratados, ressalvadas as hipóteses legais de retenção, devendo comprovar documentalmente o cumprimento dessa obrigação.

3.1.145. O descumprimento das obrigações relativas à proteção de dados pessoais sujeitará a Contratada às sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização nos termos da Lei nº 13.709/2018, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

3.1.146. As disposições deste item permanecem válidas e exigíveis mesmo após o término da vigência contratual, enquanto subsistirem dados pessoais sob responsabilidade da Contratada ou obrigações legais relacionadas à proteção de dados.

3.1.147. Da governança dos dados:

3.1.148. A solução objeto da presente contratação deverá adotar modelo estruturado de Governança de Dados, integrado à arquitetura tecnológica da solução, capaz de organizar, controlar, supervisionar e auditar todo o ciclo de vida dos dados gerados, recebidos, armazenados, processados e descartados no âmbito da execução contratual, abrangendo dados operacionais, analíticos, históricos, estatísticos e de auditoria.

3.1.149. O modelo de Governança de Dados deverá assegurar que todas as informações tratadas no contexto da solução sejam:

a) íntegras, preservando sua consistência, confiabilidade e fidedignidade ao longo do tempo;



- b) seguras, protegidas contra acessos não autorizados, perdas, alterações indevidas, vazamentos ou incidentes de segurança da informação;
- c) rastreáveis, com registro detalhado de acessos, alterações, consultas, extrações e demais operações realizadas sobre os dados;
- d) disponíveis, conforme os perfis de acesso, níveis de autorização e necessidades institucionais previamente definidos;
- e) utilizadas exclusivamente para finalidades legítimas, institucionais e compatíveis com o objeto contratual, vedada qualquer utilização diversa.

3.1.150. Para fins de atendimento aos princípios de governança, segurança da informação, transparência e controle, a solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes mecanismos e funcionalidades:

- a) definição clara e documentada de papéis e responsabilidades sobre os dados, incluindo usuários, operadores, administradores e demais perfis envolvidos no tratamento da informação;
- b) controle de acesso baseado em perfis e funções, com segregação de atribuições, evitando concentrações indevidas de privilégios;
- c) registro, armazenamento e preservação de logs de auditoria, de forma íntegra e inviolável, permitindo a rastreabilidade completa das ações realizadas sobre os dados;
- d) implementação de políticas de retenção, arquivamento e descarte de dados, alinhadas às exigências legais, regulatórias, contratuais e às necessidades operacionais da Administração;
- e) padronização, organização e catalogação dos dados, garantindo consistência, interoperabilidade e integração entre os diversos sistemas e módulos da solução;
- f) possibilidade de exportação, portabilidade e reutilização de dados, quando aplicável, em formatos abertos e amplamente reconhecidos, assegurando a autonomia tecnológica da Administração;



g) suporte integral à auditoria técnica, administrativa e de conformidade, tanto interna quanto externa, inclusive por órgãos de controle.

3.1.151. A Governança de Dados deverá estar plenamente alinhada às disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), às normas de segurança da informação aplicáveis e aos princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e da segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.1.152. A adoção de um modelo estruturado de Governança de Dados constitui requisito essencial da solução, sendo fundamental para a mitigação de riscos operacionais, tecnológicos e jurídicos, para a garantia da continuidade do serviço público, para o suporte à tomada de decisão baseada em dados e para o fortalecimento da confiabilidade e da integridade das informações produzidas no âmbito da contratação.

3.1.153. O modelo de Governança de Dados deverá orientar a definição dos requisitos técnicos da solução, as obrigações contratuais da futura Contratada e a gestão da execução contratual, constituindo elemento estruturante para a sustentabilidade, a escalabilidade e a longevidade da solução adotada pela Administração.

3.1.154. Da transição contratual ao final da vigência:

3.1.155. Considerando a criticidade, a complexidade tecnológica e o caráter continuado da solução objeto da presente contratação, deverá ser prevista transição contratual estruturada ao final da vigência contratual, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a preservação dos ativos informacionais e a mitigação de riscos operacionais, tecnológicos, jurídicos e de governança.

3.1.156. A transição contratual deverá ser planejada e executada de forma ordenada, documentada e previamente definida, não podendo, em nenhuma hipótese, comprometer a disponibilidade, a integridade

ou a segurança dos sistemas e serviços durante o período de encerramento contratual ou de eventual substituição da solução.

3.1.157. Para fins de transição, a Contratada deverá elaborar, em prazo a ser definido pela Administração, Plano de Transição Contratual, contendo, no mínimo, a definição de prazos, marcos, responsabilidades, etapas, recursos envolvidos e mecanismos de acompanhamento, a ser submetido à aprovação da fiscalização do contrato.

3.1.158. O processo de transição contratual deverá contemplar, no mínimo, as seguintes diretrizes e obrigações:

- a) planejamento prévio da transição, com cronograma detalhado, definição clara de responsabilidades e identificação dos riscos associados;
- b) garantia de continuidade operacional dos sistemas, plataformas e serviços durante todo o período de transição;
- c) disponibilização e atualização das informações técnicas, documentações, manuais, arquiteturas, configurações, parametrizações, códigos de integração, fluxos operacionais e demais elementos necessários à plena compreensão e operação da solução;
- d) migração, exportação, entrega ou disponibilização dos dados produzidos no âmbito da contratação, quando aplicável, em formatos abertos, padronizados e interoperáveis, assegurando a autonomia tecnológica da Administração;
- e) preservação da integridade, confidencialidade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados durante todo o processo de transição;
- f) prestação de suporte técnico à Administração ou à eventual futura contratada, pelo período definido contratualmente, com vistas à transferência de conhecimento e à continuidade do serviço;



g) definição de procedimentos claros para desativação, devolução, transferência ou substituição de ativos, equipamentos, softwares, licenças, credenciais e demais componentes da solução;

h) observância integral das diretrizes de governança de dados, segurança da informação e proteção de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

3.1.159. A transição contratual deverá ser conduzida de modo a evitar qualquer forma de descontinuidade dos serviços públicos, dependência tecnológica indevida ou retenção de informações estratégicas, assegurando que a Administração Pública mantenha pleno controle sobre os dados, sistemas, informações e ativos essenciais ao exercício de suas competências institucionais.

3.1.160. O descumprimento das obrigações relativas à transição contratual sujeitará a Contratada às penalidades previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência e no contrato, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e contratual cabível.

3.161. As diretrizes estabelecidas neste item deverão orientar a definição das cláusulas contratuais, a fiscalização da execução e a gestão da fase final da contratação, garantindo que o encerramento contratual ocorra de forma planejada, segura, transparente e alinhada ao interesse público, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da continuidade do serviço público e da segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO**

4.1. **Dos Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote

4.2. **Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?** Não

4.3. **Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48**



**da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):**

- 4.3.1. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, é assegurado o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas, desde que tal medida se revele compatível com o interesse da Administração Pública.
- 4.3.2. No presente caso, o valor referencial do objeto da contratação excede o montante de R\$ 80.000,00 e possui natureza divisível. Entretanto, considerando os princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, consagrados no art. 37, caput, da Constituição Federal, a adoção do tratamento diferenciado e simplificado às MEs e EPPs não se mostra economicamente vantajosa para a Administração, podendo comprometer a competitividade e a obtenção da melhor proposta em termos de preço e qualidade.
- 4.3.3. Diante disso, ainda que respeitado o direito legal das MEs e EPPs, optou-se por não aplicar o procedimento simplificado nesta hipótese, garantindo-se, assim, a observância do interesse público, a legalidade do procedimento licitatório e a conformidade com a legislação aplicável.
- 4.4. **Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?**
- 4.4.1. Vistoria facultativa.
- 4.4.2. Será adotada a vistoria facultativa, em consonância com o Acórdão nº 714/2014 – Plenário/TCU, que estabelece que a exigência de vistoria ao local de execução dos serviços somente é admissível quando tecnicamente justificada e imprescindível para assegurar o adequado cumprimento das obrigações contratuais.
- a) Caso a licitante não realize a Vistoria Prévia, deverá apresentar, obrigatoriamente, Declaração de Conhecimento do Local de Serviços.**
- b) Caso a licitante opte por realizar a Vistoria Prévia, deverá apresentar, obrigatoriamente, a respectiva Declaração de Vistoria Prévia.**
- 4.4.3. Unidade responsável pelo agendamento da vistoria: Secretaria Municipal de Tecnologia





4.4.4. Telefone e e-mail para agendamento da vistoria: (47) 3341.6090 |

[setec@itajai.sc.gov.br](mailto:setec@itajai.sc.gov.br)

4.5. **Será admitida a participação de consórcios?** Sim

4.6. **Será admitida a participação de cooperativas?** Não

4.7. **Será admitida a subcontratação?** Sim

4.7.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto contratado, observadas as condições abaixo, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

4.7.1.1. A subcontratação de parcelas do objeto consideradas de menor relevância, entendidas como aquelas cujo valor seja inferior a 4% (quatro por cento) do valor global do contrato, poderá ocorrer sem necessidade de prévia autorização da Administração, devendo o contratado manter total responsabilidade pelo cumprimento das obrigações contratuais subcontratadas.

4.7.1.2. A subcontratação de parcelas relevantes do objeto contratado dependerá de autorização expressa, formal e prévia da Administração Contratante, sendo vedada a execução sem a anuência formal, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual e aplicação das sanções previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

4.7.2. O contratado permanece integralmente responsável perante a Administração pela execução do objeto, incluindo as atividades eventualmente subcontratadas, não se eximindo de qualquer obrigação ou responsabilidade decorrente do contrato.

4.8. **Da Garantia Contratual:** Sim

4.8.1. Em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida prestação de garantia contratual correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, visando assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado.

4.8.2. A garantia deverá ser formalizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, podendo ser prestada em qualquer das modalidades admitidas em lei, permanecendo sujeita às condições legais e contratuais aplicáveis.



4.8.3. O não cumprimento da obrigação de prestação da garantia no prazo estipulado poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo de demais medidas cabíveis para resguardar os interesses públicos.

4.9. **Do agrupamento de itens em lotes**

4.9.1. A aquisição/contratação se dará em lotes? Sim, em 2 (dois) lotes

4.10. **Da contratação de grande vulto**

4.10.1. Nos termos do artigo 21 do Decreto Municipal nº 12.840/2023, a presente contratação é classificada como de grande vulto, considerando-se seu valor estimado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Portanto, torna-se obrigatória a implantação de Programa de Integridade pelo licitante vencedor no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados da celebração do contrato.

4.10.2. O Programa de Integridade deverá estar alinhado às disposições previstas no Capítulo V do Decreto Federal nº 11.129/2022, compreendendo mecanismos internos de integridade, auditoria, canais de denúncia, códigos de ética e conduta, políticas e diretrizes internas. Tais medidas têm como objetivos principais prevenir, detectar e corrigir irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, além de fomentar e manter uma cultura organizacional ética e íntegra.

4.10.3. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, assinar o **Termo de Compromisso para Implementação do Programa de Integridade**, constante no Anexo específico deste Termo de Referência, comprometendo-se formalmente com a implementação e manutenção do referido programa.

4.11. **DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

4.11.1. **Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):** Sim

Se sim, quais?

Catálogos/Folders dos seguintes itens da planilha: 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.15, 2.17, 2.18, 2.19, 2.20, 2.21, 2.22, 2.23, 2.24, 2.25, 1.12.



4.11.2. **Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):** Não

4.11.3. **Será exigida prova de conceito?** Sim

Detalhamento da prova de conceito será descrito em anexo.

**4.11.3.1. Vedação a ajustes posteriores:**

- a) Após a realização da Prova de Conceito, fica expressamente vedada a realização de quaisquer ajustes, customizações, correções, complementações, substituições de componentes, alterações de configuração ou inclusão de funcionalidades que tenham por objetivo adequar a solução aos requisitos técnicos exigidos no edital.
- b) A solução apresentada na POC deverá refletir exatamente a proposta técnica originalmente ofertada, sendo vedada qualquer modificação que possa:
- alterar o resultado da avaliação técnica;
  - conferir vantagem competitiva indevida à licitante;
  - comprometer a isonomia entre os participantes do certame;
  - descaracterizar o julgamento objetivo.

**4.11.3.2. Consequências do descumprimento:**

- a) A constatação de ajustes ou alterações realizadas após a POC, com a finalidade de suprir requisitos não atendidos na avaliação inicial, implicará a desclassificação da licitante, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

**4.11.3.3. Exceções restritas:**

- a) Não se caracterizam como ajustes vedados aqueles estritamente necessários à instalação, parametrização padrão ou ativação da solução, desde que não impliquem alteração funcional, técnica ou de desempenho em relação à proposta apresentada e não interfiram nos critérios de avaliação definidos.

**4.11.3.4. Fundamentação e finalidade:**

- a) A vedação prevista neste item tem por finalidade assegurar o julgamento objetivo, a isonomia entre os licitantes, a transparência do certame e a segurança jurídica da contratação, em conformidade com os princípios que regem as licitações públicas e com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

#### **4.12. DA NATUREZA DO OBJETO**

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

### **5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

#### **5.1.1. Habilitação jurídica**

Sociedade empresarial, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **5.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

#### **5.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

#### **5.1.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.**



- 5.1.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.1.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.1.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 5.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.1.10. Qualificação Econômico-Financeira
- 5.1.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 5.1.12. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 5.1.13. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 5.1.14. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 5.1.15. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



- 5.1.16. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 5.1.17. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 5.1.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 5.1.19. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 5.1.20. Qualificação Técnica
- 5.1.21. Comprovação de regularidade da empresa LICITANTE junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de jurisdição da sua sede, através de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, dentro da validade, na forma da Lei nº 5.194/66, em atendimento à Resolução do CONFEA nº 265/79, Resolução nº 266/9 e Resolução n.º 191/70.
- 5.1.22. Deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico-Operacional (CAO) compatível com as características do objeto licitado, em conformidade com a Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, acompanhada de atestado(s) que comprovem que o licitante já executou ou esteja executando serviços equivalentes, contemplando, no mínimo:
- 5.1.23. Considera-se compatível em características a apresentação de atestado (s) que indicar que o licitante já prestou ou esteja prestando:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE EDITAL	QUANTIDADE 50 %
LOTE	1			
1.	SUBSISTEMA DE CENTRO DE OPERAÇÕES			





1.1	Disponibilização de plataforma integradora para monitoramento e gestão ativos.	unidade	1	1
1.5	Disponibilização de licença software para visualização e monitoramento de câmeras urbanas e patrimoniais - Por Ponto de Monitoramento. (Podendo ser comprovado através de atestados que contemplem o número de câmeras instaladas e integradas em centrais de monitoramento).	unidade	1373	686
2.1	Disponibilização de câmera IP tipo 01: bullet, destinada à leitura de placas veiculares em duas faixas de rolamento, com caixa de proteção, resolução mínima de 4 megapixels, iluminador infravermelho integrado e lente incorporada no mesmo equipamento. (Podendo ser comprovado através de câmeras OCR E/OU LPR E/OU RADAR).	unidade	47	23
2.12	Disponibilização de gravador para sites de pequeno porte, com capacidade de processamento suficiente para suportar, no mínimo, 8 câmeras integradas ao sistema de gerenciamento de vídeo (VMS). (Podendo ser comprovado através de equipamentos do Tipo NVR E/OU DMR E/OU Servidor).	unidade	225	112



2.25	Disponibilização de terminal portátil para comunicação de missão crítica em banda larga (Podendo ser comprovado através de equipamentos de sistema DMR E/OU TETRA E/OU LTE).	unidade	208	104
3.1	Disponibilização de Equipe de Suporte Técnico e Manutenção 24x7.	unidade	1	1
<b>LOTE 2</b>				
<b>1</b>	<b>LINK DE COMUNICAÇÃO</b>			
1.2	Serviços de Disponibilização de Link de 100Mbps	unidade	339	169

5.1.24. O(s) Atestado(s) dever(ão) ser apresentados em papel timbrado, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e cargo.

5.1.25. O(s) Atestado(s) poderá(ão) ser objeto(s) de diligência, a critério desta Prefeitura, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s).

5.1.26. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

5.1.27. A administração municipal reserva-se ao direito, caso julgue necessário, de realizar diligências a fim de comprovar a execução e o escopo dos serviços fornecidos.

5.1.28. Qualificação técnico-profissional

5.1.29. A licitante deverá comprovar que possui ao menos um Engenheiro, seja por meio de vínculo direto ou indireto, com experiência profissional compatível com o objeto desta licitação, a qual deverá ser comprovada

**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ - SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA**

Endereço: Rua Alberto Werner, 100 – Itajaí/SC

Telefone: +55 (47) 3341-6090 - setec@itajai.sc.gov.br



por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica profissional, emitidos em favor do referido profissional, por meio de Acervo Técnico emitidos pelo CREA comprovando a execução de serviços compatíveis ao objeto licitado, o qual será responsável pelo acompanhamento de toda a execução contratual, relativa à execução de serviços compatíveis com a parcela de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, conforme descrito anteriormente.

- 5.1.30. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços na assinatura do contrato.

## **6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1.1. O início da execução do contrato se dará imediatamente, após a publicação do extrato do contrato em Diário Oficial, ou no prazo estabelecido pelo GESTOR.
- 6.1.2. A Contratada deverá disponibilizar, no início da execução contratual, toda a equipe necessária para a prestação integral dos serviços, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **DA CONTRATADA**

- 7.1.1. Deverá apresentar ART – Anotação de Responsabilidade emitida pelo CREA, após a assinatura do contrato, antes de iniciar a implantação do sistema;
- 7.1.2. A CONTRATADA deve garantir que todos os sistemas a serem fornecidos atenderão à performance demandada pelas operações e



rotinas suportadas pelos produtos e softwares contratados, devendo ainda cumprir as normas e protocolos de operação e segurança da CONTRATANTE, seus colaboradores e parceiros envolvidos na execução do contrato.

- 7.1.3. A empresa deverá disponibilizar, após a assinatura do contrato, um (01) responsável técnico, o qual atuará como preposto da mesma e deverá atender à todas as solicitações da CONTRATANTE, bem como deverá fornecer todas as informações necessárias para execução do contrato. O profissional, imbuído de autonomia, será o responsável pelo bom andamento da execução dos serviços prestados e responderá tecnicamente, nos termos da legislação profissional aplicave;
- 7.1.4. Deverá fornecer um número telefônico e e-mail para que a CONTRATANTE possa entrar em contato com o responsável técnico da empresa CONTRATADA, com a finalidade de abertura de chamados;
- 7.1.5. Todos os custos, inclusive de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos equipamentos e softwares, juntamente com as atualizações necessárias, deverão estar inclusos no preço da prestação do serviço. Esse custo mensal deverá estar incluso no valor unitário total do serviço, independentemente da quantidade de chamados aberto junto ao responsável técnico.
- 7.1.6. Havendo dúvidas quanto às características apresentadas, sejam nos documentos ou na entrega dos bens, será solicitado à vencedora, apresentação de laudo técnico por laboratório especializado para confirmação de características que necessitem de análise por equipamentos específicos para elucidação destas dúvidas, correndo estes custos por conta da proponente.
- 7.1.7. A CONTRATADA deverá firmar termo de confidencialidade com a CONTRATANTE, válido durante o período de execução e também após o término do contrato.
- 7.1.8. Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá retirar todos os equipamentos e infraestrutura instalada para execução do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem ônus a CONTRATANTE.



- 7.1.9. Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá entregar os ambientes das centrais de videomonitoramento e locais onde foram instaladas câmeras, equipamentos e acessórios, em condições iguais a quando recebeu no início do contrato, realizando reparos e pinturas caso seja necessário e/ou identificado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem ônus a CONTRATANTE.
- 7.1.10. Manter o desempenho dos equipamentos encaminhados à manutenção, obedecendo a normas técnicas dos fabricantes, com emprego de materiais por eles indicados e específicos aos serviços, observando orientação do CONTRATANTE, quando for o caso, de forma a manter o perfeito estado de funcionamento das máquinas;
- 7.1.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- 7.1.12. Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos e/ou materiais indispensáveis à limpeza ou à manutenção dos equipamentos, sendo responsável por sua guarda e transporte;
- 7.1.13. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, quando da execução dos serviços;
- 7.1.14. Fornecer e exigir o uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI, nos termos da legislação vigente;
- 7.1.15. Orientar os seus empregados a não se retirarem dos prédios ou instalações da CONTRATANTE e órgãos a ela vinculados, portando volumes ou objetos sem a devida autorização da fiscalização do contrato e liberação no local, com a devida consignação na Ordem de Serviço (OS);
- 7.1.16. Substituir, sempre que exigido pela fiscalização do contrato, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados,



prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público;

- 7.1.17. Manter, através de seus empregados, o local dos serviços limpo e livre de restos de materiais e outros detritos;
- 7.1.18. Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 7.1.19. Responder, civil, penal e administrativamente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, por sua ação ou omissão, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, morte, perda ou destruições, devidamente apurado por competente processo administrativo, com direito ao contraditório e a ampla defesa;
- 7.1.20. Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução dos serviços, tais como: encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, peças, fretes, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos e suas majorações, transporte, alimentação, acomodações; etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, inclusive seguro contra acidentes no trabalho, assim como ferramental, equipamentos de segurança, ficando ciente de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto deste Contrato, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços;





- 7.1.21. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados, por culpa da CONTRATADA, em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de dez dias úteis a partir da notificação, garantida previamente ampla defesa e contraditório. Se o valor dos danos não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fazer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente;
- 7.1.22. Emitir laudo técnico, sempre que necessário, responsabilizando-se pelas informações apresentadas, informando a CONTRATANTE sobre aqueles aparelhos que não tenham mais condições de reparo e/ou manutenção;
- 7.1.23. Todas as despesas com deslocamentos da CONTRATADA para realização de serviços correrão por conta da CONTRATADA;

## **DO CONTRATANTE**

- 7.1.24. Aprovar os procedimentos apresentados previamente pela CONTRATADA para a realização da instalação.
- 7.1.25. Garantir o livre acesso da CONTRATADA à unidade para a prestação de serviços.
- 7.1.26. Realizar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato.
- 7.1.27. Fiscalizar a execução do Contrato.
- 7.1.28. Responsabilizar-se pelos danos causados aos equipamentos quando esses forem motivados por seus agentes.

## **8. DO CONTRATO**

- 8.1. **Instrumento contratual:** Contrato.
- 8.2. **Vigência:** O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de



2021. O serviço é enquadrado como continuado, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3. Justificativa:

- 8.3.1. A vigência do contrato foi fixada em 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato, em observância ao disposto no artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a definição do prazo contratual conforme a natureza e a complexidade do objeto, bem como o interesse público envolvido.
- 8.3.2. Trata-se de serviço de natureza continuada, nos termos do artigo 106 da referida Lei, o que faculta à Administração a prorrogação sucessiva da vigência contratual, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto no artigo 107 do mesmo diploma legal, desde que atendidos os requisitos de conveniência administrativa, vantajosidade econômica e disponibilidade orçamentária.
- 8.3.3. A adoção de um prazo inicial de 60 meses encontra respaldo na necessidade de assegurar a continuidade operacional e a estabilidade financeira da execução contratual, prevenindo riscos de interrupção de serviços essenciais e evitando a realização frequente de novos procedimentos licitatórios, o que poderia elevar custos administrativos e comprometer a eficiência e a economicidade da gestão pública.
- 8.3.4. Tal entendimento encontra amparo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece a legitimidade da prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos, desde que devidamente motivada e vantajosa para a Administração:
- 8.3.5. Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário/TCU: *“A prorrogação dos contratos de prestação de serviços de natureza continuada é legítima, desde que haja previsão no edital e no contrato, vantajosidade da prorrogação e adequada motivação por parte da Administração.”*
- 8.3.6. Acórdão nº 1.775/2015 – Plenário/TCU: *“A contratação de serviços continuados pode ter sua vigência prorrogada sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade e observados os limites previstos em lei.”*



8.3.7. Dessa forma, a fixação da vigência inicial de 60 meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 10 anos, está em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a jurisprudência do TCU e com o princípio da eficiência administrativa, assegurando a adequada execução contratual, a economicidade e a continuidade do serviço prestado à sociedade.

**8.4. Da manifestação de interesse de prorrogação:**

8.4.1. A CONTRATADA deverá manifestar-se formalmente, por escrito, à CONTRATANTE quanto ao seu interesse ou desinteresse na prorrogação do presente contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da comunicação do GESTOR/FISCAL, em observância aos princípios do planejamento e da eficiência administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.4.2. A omissão da CONTRATADA quanto à manifestação prevista no subitem 8.4.1 poderá acarretar prejuízo concreto à continuidade do serviço, ao planejamento da Administração e à regularidade da contratação, especialmente em razão da natureza contínua do objeto.

8.4.3. Constatado, de forma devidamente motivada no processo administrativo, que a omissão referida no subitem anterior resultou ou contribuiu para o prejuízo à continuidade do serviço, poderão ser adotadas, de maneira proporcional, as seguintes medidas:

8.4.3.1. A aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no presente contrato, incluindo advertência e multa contratual de 0,5% sobre o valor do contrato, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

8.4.3.2. Adoção de outras medidas administrativas necessárias para garantir a continuidade do serviço público.

8.4.4. A aplicação de penalidades ficará condicionada à prévia análise de justificativa formal e devidamente fundamentada apresentada pela CONTRATADA, a qual será avaliada pela CONTRATANTE, podendo ser aceita, total ou parcialmente, mediante decisão motivada.

**8.5. Do reequilíbrio econômico financeiro**

8.5.1. As repactuações e reajustes serão precedidos de solicitação da Contratada, a qual deverá ser realizada via documento formal,



protocolado no órgão Contratante, com identificação do número do contrato e endereçado ao fiscal/gestor do contrato. O órgão Contratante encaminhará a solicitação da Contratada ao setor responsável para análise e manifestação.

8.5.2. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação.

8.5.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

8.5.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

8.5.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

8.5.4. Os preços inicialmente contratados para os materiais, quando fornecidos pela contratada, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. A partir desse prazo, os preços serão reajustados conforme o índice IPCA/IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### 8.6. **Da gestão e fiscalização**

8.6.1. O contrato será gerido pelo Secretário Municipal de Tecnologia, que por sua vez atestarão as notas fiscais e averiguarão junto a outros servidores devidamente qualificados, as medições e cumprimento das cláusulas contratuais.

<b>GESTOR</b>
<b>Nome:</b> Kelynton Cordova da Silva

<b>FISCAL</b>
<b>Nome:</b> OSMAR ANTÔNIO LUCIANO JÚNIOR

<b>Cargo:</b> Diretor de Tecnologias Aplicadas	<b>Cargo:</b> Gerente de Produção e Implantação de Sistemas
<b>Matrícula:</b> 1634410	<b>Matrícula:</b> 2200004
<b>E-mail:</b> kelynton.silva@itajai.sc.gov.br	<b>E-mail:</b> osmar.luciano@itajai.sc.gov.br

#### 8.7. Da anuência do Gestor e Fiscal de Contrato

- 8.7.1. Em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is), designados pela Administração Pública, cujas atribuições estão descritas no presente instrumento e na legislação aplicável.
- 8.7.2. O gestor e o(s) fiscal(is) do contrato deverão firmar Termo de Anuência, confirmando a ciência das suas responsabilidades e obrigações. Esse termo será instruído nos autos do processo digital e vinculado ao contrato, servindo como comprovação da aceitação formal das atribuições previstas.
- 8.7.3. A anuência do gestor e do fiscal não exime o contratado do cumprimento das obrigações previstas no contrato, sendo estes responsáveis por acompanhar e reportar qualquer irregularidade à Administração Pública.
- 8.7.4. O gestor e o(s) fiscal(is) deverão manter registros formais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, conforme determinado no artigo 117, §1º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a adequada prestação dos serviços e o cumprimento das cláusulas contratuais.
- 8.7.5. Caso ocorra a substituição do gestor ou do fiscal do contrato, o novo designado deverá firmar novo Termo de Anuência, que será igualmente juntado aos autos do processo digital.

### 9. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
<b>Meta a cumprir</b>	IAP igual ou superior a 80 %.



<b>Instrumento de medição</b>	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
<b>Forma de acompanhamento</b>	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<b><math>IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})</math></b>  Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; $\Sigma Q_{tap}$ = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; $\Sigma Q_{tr}$ = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	IAP $\geq$ 80%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP $\geq$ 70% e $<$ 80%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP $\geq$ 60% e $<$ 70%: 15% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP $<$ 60%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. A utilização do IAP não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### 9.4. Do recebimento





- 9.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 9.4.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.4.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 9.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 9.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 9.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



- 9.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.4.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.4.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 9.4.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 9.4.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 9.4.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 9.4.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 9.4.13. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



9.4.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.4.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.4.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 9.5. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

9.5.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.	Multa de 0,05 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 0,5 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 80%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 70% e < 80%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 60% e < 70%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP < 60%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% (zero virgula cinco



	pontos percentuais) do valor total do Contrato.
--	---

9.5.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a contratada:

- 9.5.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 9.5.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

## 9.6. **Liquidação**

9.6.1. Recebida a Nota Fiscal, ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período (art 145 da lei nº 14.133/2021).

9.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.6.2.1. O prazo de validade;
- 9.6.2.2. A data da emissão;
- 9.6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.6.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 9.6.2.5. O valor a pagar; e
- 9.6.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade



de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.6.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 9.7. **Prazo de pagamento**

- 9.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após recebimento definitivo do objeto e da nota fiscal devidamente atestada.
- 9.7.2. No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirão encargos legais de mora, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.8. **Forma de pagamento:**



- 9.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 9.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.8.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.9. Cessão de crédito:**

- 9.9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira conforme as regras deste presente tópico.
- 9.9.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 9.9.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 9.9.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.
- 9.9.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual,





restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.9.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

#### **9.10. Cronograma e Plano de Manutenção:**

9.10.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de compra, um cronograma detalhado de implantação e execução, o qual deverá ser aprovado pela Contratante.

9.10.2. Esse cronograma deverá incluir um plano de manutenções preventivas, com periodicidade definida.

9.10.3. Os prazos indicados no cronograma serão analisados e validados pela Contratante, podendo ser ajustados conforme necessidade.

9.10.4. A Contratada deverá submeter à Contratante, para aprovação, um plano de treinamento com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da data prevista para o primeiro treinamento.

9.10.5. A execução dos serviços de implantação deverá ser concluída em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato e da emissão da ordem de compra.

#### **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1.1. As despesas correrão a conta das seguintes dotações:

10.1.2. Secretaria de Tecnologia: **149**

10.1.3. Secretaria de Educação: **64**

10.1.4. Secretaria de Obras: **44**

10.1.5. Secretaria de Assistência Social: **788 e 652**



10.1.6. Secretaria de Segurança: **107**

10.1.7. Secretaria de Saúde: **425**

## **11. DO VALOR ESTIMADO**

11.1.1. O valor estimado de contratação MENSAL é LOTE 01: R\$ 3.442.341,07 (três milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e quarenta e um reais e sete centavos).

11.1.2. O valor estimado de contratação MENSAL é LOTE 02: R\$ 380.573,83 (trezentos e oitenta mil quinhentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos).

11.1.3. O valor estimado de contratação MENSAL somando os Lotes 01 e 02: R\$ 3.822.914,90 (três milhões oitocentos e vinte e dois mil novecentos e catorze reais e noventa centavos).

11.1.4. O valor estimado de instalação do Lote 01: R\$ 11.672.771,40 (onze milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

11.1.5. O valor estimado de instalação do Lote 02: R\$ 380.313,80 (trezentos e oitenta mil trezentos e treze reais e oitenta centavos).

11.1.6. O valor estimado total, somando os lotes 01 e 02, incluindo a instalação, para um contrato de 60 (sessenta meses): R\$ 218.490.489,80 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos).

11.1.7. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **12. DA INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS**

**Nome:** Luiz Henrique Cabral

**E-mail:** luiz.cabral@itajai.sc.gov.br



### 13. Anexos

#### 13.1.1. Integram o termo de referência:

Anexo 1 – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

Anexo 2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

Anexo 3 – MATRIZ DE RISCO;

Anexo 4 – TERMO DE COMPROMISSO.

Anexo 5 – PROPOSTA DE PREÇOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Sendo o que tínhamos, nos colocamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que ainda não foram esclarecidas neste instrumento.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, dezembro de 2025.

LUIZ HENRIQUE Assinado de forma digital  
por LUIZ HENRIQUE  
CABRAL:08329635937  
35937 Dados: 2025.12.22 14:13:55  
-03'00'

**Luiz Henrique Cabral**  
Secretário de Tecnologia

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KELYNTON CORDOVA DA SILVA  
Data: 22/12/2025 14:22:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Kelynton Cordova da Silva**  
Diretor de Tecnologias Aplicadas

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** OSMAR ANTONIO LUCIANO JUNIOR  
Data: 22/12/2025 10:51:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Gerente

or  
Sistemas